

Deutsche
Sparkassen
Leasing do Brasil
S.A. - Sociedade de
Arrendamento
Mercantil

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração dos resultados	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

Srs.Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S^{as} as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, elaboradas de acordo com a lei das sociedades por ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Durante o período de 2019 a Instituição conseguiu mais uma vez obter bons resultados sendo capaz de aumentar a sua carteira de arrendamento de forma significativa assim como melhorar a sua diversificação, fechando o período com um montante de R\$ 243 milhões com 444 contratos ativos, ante os R\$ 156 milhões e 230 contratos de 2018.

A Instituição voltou a apurar lucro e reverteu os prejuízos acumulados encerrando o período com um lucro anual de R\$ 2.812 e reservas de lucro de R\$ 3.442.

Principais indicadores

	2019	2018
Ativos Totais	414.718	234.531
Carteira de Arrendamento	243.036	156.553
Resultado do Semestre	2.812	(463)
Patrimônio Líquido	55.513	36.790
Índice de Basileia II	17,93%	18,23%

Remuneração de acionistas

Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, a Instituição poderá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

São Paulo, 23 de agosto de 2019.

A Diretoria

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento
Mercantil
São Paulo - SP**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva

A Leasing registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações financeiras nº 3g e 6. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. – Sociedade de Arrendamento Mercantil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Leasing são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		25.852	10.432	Circulante		85.524	43.562
Caixa e equivalentes de caixa		13.136	7.021	Obrigações por empréstimos	11	59.049	29.452
Disponibilidades				Empréstimos Internos		38.881	15.537
Depósitos bancários	4	4.117	7.021	Empréstimos Externos		20.168	13.915
Aplicações interfinanceiras de liquidez				Outras obrigações	12 e 13	26.475	14.110
Certificado de depósito interbancário	5	9.019	-	Fiscais e previdenciárias		3.644	2.428
Operação de arrendamento mercantil	6 e 7	(973)	(619)	Diversas		22.831	11.682
Operação de arrendamento a receber - setor privado		99.013	56.861	Exigível a longo prazo		273.681	154.179
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(98.607)	(56.561)	Obrigações por empréstimos	11	144.042	87.256
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(1.379)	(919)	Obrigações por empréstimos internos		94.262	43.333
Outros créditos	8	13.666	3.842	Obrigações por empréstimos externos		49.780	43.923
Diversos		13.693	3.869	Outras obrigações	12 e 13	129.639	66.923
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa		(27)	(27)	Fiscais e previdenciárias		3.223	3.687
Outros valores e bens		23	188	Diversas		126.416	63.236
Despesas antecipadas		23	34	Patrimônio Líquido	14	55.513	36.790
Bens não de uso		-	154	Capital		52.071	38.599
Realizável a longo prazo		3.377	3.325	Lucro (Prejuízo) acumulado / Reserva de lucros		3.442	(1.809)
Operação de arrendamento mercantil	6 e 7	(315)	(362)				
Operação de arrendamento a receber - setor privado		192.344	135.168				
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(192.344)	(135.168)				
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(315)	(362)				
Outros créditos		3.692	3.687				
Diversos	8	3.692	3.687				
Permanente		385.489	220.774				
Imobilizado de arrendamento	9	384.741	219.489				
Bens arrendados		398.850	218.175				
Superveniência de depreciação		25.606	22.896				
Depreciações acumuladas		(39.715)	(21.582)				
Imobilizado de Uso	10	748	1.285				
Bens de uso próprio		1.611	2.331				
Depreciações acumuladas		(863)	(1.046)				
Total do ativo		414.718	234.531	Total do passivo		414.718	234.531

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil

Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

	Nota	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		25.263	23.944
Resultado de operações de arrendamento mercantil	16a	25.071	23.863
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	16b	192	-
Resultado com títulos e valores mobiliários	16c	-	81
Despesas de intermediação financeira		(19.498)	(19.512)
Despesas de Captação		(5.472)	(9.273)
Operações de arrendamento mercantil	16a	(13.416)	(9.671)
Provisão para operação de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	7 e 8 item d	(610)	(568)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.765	4.432
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.018)	(4.853)
Receita de prestação de serviços		1.120	117
Despesa de pessoal	16d	(3.383)	(2.622)
Outras despesas administrativas	16e	(2.323)	(2.162)
Despesas tributárias	16f	(857)	(689)
Outras despesas operacionais		(150)	(227)
Outras receitas operacionais	16g	2.575	730
Resultado operacional		2.747	(421)
Receitas(despesas) não operacionais		65	(42)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		2.812	(463)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Imposto de renda diferido	13	(399)	(2.721)
Ativo fiscal diferido	13	399	2.721
Lucro/Prejuízo líquido no semestre		<u>2.812</u>	<u>(463)</u>
Nro. de ações	14	52.070.986	38.598.986
Prejuízo líquido por ação		0,05400	(0,01200)

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>			Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
	Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro 2017	38.599	-	-	(1.346)	37.253
Prejuízo do semestre	-	-	-	(463)	(463)
Saldos em 30 de Junho de 2018	38.599	-	-	(1.809)	36.790
Saldos em 31 de dezembro 2018	52.071	31	599	-	52.701
Lucro do semestre	-	-	-	2.812	2.812
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	141	-	(141)	-
Reserva de lucros	-	-	2.671	(2.671)	-
Saldos em 30 de Junho de 2019	52.071	172	3.270	-	55.513

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social	2.812	(463)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	610	568
Depreciação	11.277	6.821
Superveniência de depreciação	(1.594)	(10.917)
Imposto de renda - valores diferidos	(399)	(2.721)
Crédito tributário	399	2.721
Lucro/(Prejuízo) ajustado	13.105	(3.991)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(39.795)	(37.023)
Operações de arrendamento mercantil	(35.066)	(49.999)
Outros créditos	(4.706)	13.065
Outros valores e bens	(23)	(89)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	(6.464)	(6.547)
Outras obrigações	(6.464)	(6.547)
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	(33.154)	(47.561)
Atividades de investimento		
Aquisição de bens de uso	(89)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(89)	-
Atividades de financiamento		
Empréstimos	21.996	45.153
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	21.996	45.153
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(11.247)	(2.408)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	24.383	9.429
No fim do semestre	13.136	7.021
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(11.247)	(2.408)

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil (“Leasing” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 através do Ofício 17022/2015. A integralização do capital foi realizada em 21 de outubro de 2015 (data de início das atividades).

A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor e a celebração de contratos de arrendamento mercantil iniciou-se em junho de 2015.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e são consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN somente quando por ele aprovadas.

Desta forma a instituição na elaboração das demonstrações financeiras adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN):

- **CPC 01 - R1** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Res. CMN nº 3.566 - 29/05/2008.
- **CPC 03 - R2** - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Res. CMN nº 3.604 - 29/08/2008.
- **CPC 05 - R1** - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Res. CMN nº 3.750 - 30/06/2009.
- **CPC 23** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Res. CMN nº 4.007 - 25/08/2011.
- **CPC 24** - Evento Subsequente - Res. CMN nº 3.973 - 26/05/2011.
- **CPC 25** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Res. CMN nº 3.823 - 16/12/2009.
- **CPC 33** - Benefícios a Empregados - Res. CMN nº 4.424 - 25/06/2015 com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019, foram aprovadas pela administração em 23 de agosto de 2019.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira, incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados.

Não são apropriadas as receitas de arrendamento que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos.

As receitas de natureza financeira são apropriadas pelo método exponencial.

As receitas relativas a operações em moeda estrangeira são apropriadas pelo método linear.

b. Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata die*” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

c. Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3.604/08.

d. Redução do valor recuperável de ativos não monetários

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

e. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

f. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado.

g. Operações de arrendamento mercantil

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída exclusivamente por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

- **Arrendamentos a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
- **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.
- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo de aquisição, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com o prazo do contrato, deduzido do valor residual garantido para as operações de arrendamento financeiro ou deduzido pelo prazo de vida útil estimada dos bens, para as operações de arrendamento operacional.

A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil.

- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do 1.º semestre de 2019 uma superveniência de depreciação líquida no valor de R\$ 1.594 (R\$ 10.917 em 2018). O saldo acumulado de superveniência de depreciação em 30 de junho de 2019 é de R\$ 25.606 (R\$ 22.896 em 2018). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento.

- **Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa:**

A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). A entidade adota metodologia interna para a atribuição do ratings iniciais dos clientes.

h. Imobilizado de uso e intangível

Até dezembro de 2016, o imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados.

A partir de Janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. espera utilizar o ativo.

i. Empréstimos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

j. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e a Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do CMN, determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.
- A partir do primeiro semestre de 2017, a Instituição passou a constituir crédito tributário de imposto de renda (25%) sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período.

- A Instituição não constituiu nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 nenhum outro crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias.

k. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

4 Disponibilidades

	30/06/2019	30/06/2018
Bancos Conta Movimento	4.117	7.021

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Vencimento		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	30/06/2019
Certificado de Depósito Interbancário – CDI	9.019	-	9.019

Valor relativo a aplicações interfinanceiras de liquidez prontamente resgatáveis junto a bancos locais, remuneradas a um percentual da variação CDI.

6 Operações de arrendamento mercantil

O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais e somam:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Arrendamento Financeiro	243.036	156.553
Arrendamentos a Receber	291.357	88.336
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(290.951)	(88.036)
Valores Residuais a Realizar	156.560	103.693
Valores Residuais a Balancear	(156.560)	(103.693)
Imobilizado de Arrendamento - Bens Arrendados	398.850	218.175
Imobilizado de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(39.715)	(21.582)
Superveniência de Depreciação	25.606	22.896
Credores por Antecipação de VRG	(142.111)	(63.236)
Total da Carteira de Arrendamento	243.036	156.553

a. Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor Privado	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	30/06/2019	30/06/2018
Indústria	717	27.346	42.733	94.260	165.056	92.359
Comércio	13	1.662	4.535	10.444	16.654	8.248
Serviços	135	7.676	16.205	37.309	61.324	55.946
Total	865	36.684	63.473	142.013	243.036	156.553

b. Concentração de Crédito

	Valor	30/06/2019 % da Carteira	Valor	30/06/2018 % da Carteira
10 Maiores Devedores	63.876	26%	56.601	36%
20 Maiores Seguintes	54.292	23%	40.435	26%
Demais Devedores	124.868	51%	59.517	38%
Total	243.036	100%	156.553	100%

c. Composição da Carteira por tipo de equipamento

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Máquinas e equipamentos	146.173	125.724
Veículos e afins	96.863	30.829
Total	243.036	156.553

d. Composição da Carteira por moeda e indexador

Descrição	Valor	30/06/2019 % da Carteira	Valor	30/06/2018 % da Carteira
Contratos em reais prefixados	167.342	69%	98.187	63%
Contratos em euros prefixados	69.684	29%	58.366	37%
Contratos em reais pós-fixados	6.010	2%	-	-
Total	243.036	100%	156.553	100%

7 Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99, em 30 de junho de 2019 estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Valor Presente da Carteira	30/06/2019 Valor da Provisão	Valor Presente da Carteira	30/06/2018 Valor da Provisão
AA	0,0%	136.128	-	62.307	-
A	0,5%	85.329	427	73.394	367
B	1,0%	14.649	146	18.163	182
C	3,0%	1.776	53	280	8
D	10,0%	4.501	450	1.417	142
E	30,0%	-	-	-	-
F	50,0%	67	34	559	279
G	70,0%	-	-	433	303
H	100,0%	583	583	-	-
Total		243.036	1.694	156.553	1.281

Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Saldo Inicial	1.084	721
Constituição Líquida de provisão	610	560
Saldo Final	1.694	1.281

A Instituição não teve créditos recuperados, baixas para prejuízo ou contratos renegociados, nos semestres findos em 30/06/2019 e 30/06/2018.

8 Outros créditos

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Adiantamentos por Conta de Imobilizações (a)	8.974	1.051
Créditos Tributários (Nota 13)	6.402	5.724
Impostos a Compensar	488	281
Locadora DL do Brasil (b)	107	282
Créditos com característica de concessão de crédito	27	27
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (c)	(27)	(27)
Outros	1.387	191
Total	17.358	7.529
Curto Prazo	13.666	3.842
Longo Prazo	3.692	3.687

- (a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.
- (b) Valor a receber a título de reembolso de despesas compartilhadas.
- (c) Provisão constituída no primeiro semestre de 2018 com impacto de R\$ 8 no resultado em 2018.

9 Imobilizado de arrendamento

Descrição	30/06/2019			30/06/2018		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	228.025	(29.541)	198.484	136.533	(17.151)	119.382
Veículos	170.825	(10.174)	160.651	81.642	(4.431)	77.211
Superveniência de Depreciação	-	-	25.606	-	-	22.896
Total	398.850	(39.715)	384.741	218.175	(21.582)	219.489

A depreciação é calculada em função dos prazos dos contratos de arrendamento e baseada no valor residual estimado dos bens ao final dos contratos.

10 Imobilizado de uso

Descrição	30/06/2019			30/06/2018		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Instalações	735	(492)	243	735	(347)	388
Móveis e Equipos	283	(97)	186	283	(69)	214
Equipos de Informática	304	(76)	228	100	(46)	54
Veículos	-	-	-	924	(444)	480
Software	289	(198)	91	289	(140)	149
Total	1.611	(863)	748	2.331	(1.046)	1.285

11 Obrigações por empréstimos e financiamentos

Descrição	Até 3	De 3 a 12	Acima de	30/06/2019	30/06/2018
	Meses	Meses	12 Meses	Total	Total
Empréstimos - No País (a)	9.720	29.161	94.262	133.143	58.870
Empréstimos - No Exterior (b)	5.042	15.126	49.780	69.948	57.838
Total	14.762	44.287	144.042	203.091	116.708

- (a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 10,65% a.a. (10,64% a.a. em 2018) e vencimento final em maio de 2024 (junho de 2023 em 2018). As captações indexadas ao CDI são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,47% a.a. (1,56% a.a. em 2018), e as operações possuem vencimento final em abril de 2024 (novembro de 2023 em 2018).
- (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. à taxa de juros pré-fixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em março de 2024 (fevereiro de 2024 em 2018).

12 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para Imposto de Renda Diferido (Nota 13)	6.402	5.724
Impostos e contribuições s/salários	158	136
COFINS a Pagar	-	48
ISS a Pagar	230	199
Outros	77	8
Total	6.867	6.115
Curto Prazo	3.644	2.428
Longo Prazo	3.223	3.687

b. Diversas

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Fornecedores	1.266	1.138
Despesa com Pessoal	1.180	1.070
Adiantamento de Clientes	4.408	9.051
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 6)	142.111	63.236
Serviços de terceiros	282	423
Total	149.247	74.918
Curto Prazo	22.831	11.682
Longo Prazo	126.416	63.236

13 Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2019 e 2018, os impostos correntes e diferidos da Instituição têm as seguintes bases de cálculo e montantes provisionados:

	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Corrente				
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	2.812	2.812	(463)	(463)
Exclusão da superveniência de depreciação	(1.594)	-	(10.885)	-
Ajuste da depreciação de bens arrendados	(14.067)	(14.067)	(5.241)	(5.241)
Outras adições temporárias	(70)	(70)	628	628
Outras adições não temporárias	41	41	67	67
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	610	610	568	568
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	(12.268)	(10.674)	(15.326)	(4.441)

Nos últimos dois exercícios a Instituição não gerou lucros tributários, razão pela qual não apresenta provisão e despesas de impostos recorrentes.

A instituição constitui uma obrigação fiscal diferida sobre a exclusão temporária de superveniência de depreciação, assim como passou a adotar a partir do primeiro semestre de 2017 a prerrogativa de constituir também um crédito tributário de igual montante sobre os prejuízos fiscais gerados pela exclusão, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2019	Saldo em 30/06/2018
Crédito tributário	6.003	399	-	6.402	5.724
Obrigação fiscal diferida	(6.003)	(399)	-	(6.402)	(5.724)

O crédito tributário da Instituição foi constituído até o limite das obrigações fiscais diferidas correspondentes e, portanto, dispensa estudo técnico de realização.

Conservadoramente a Instituição não constituiu crédito tributário sobre suas adições temporárias cuja base seria R\$ 27.215 (2018 – 2.540), prejuízos fiscais acumulados de R\$ 28.642 (2018 – 9.293) e base negativa acumulada de contribuição social de R\$ 28.710 (2018 – 9.361).

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital Social está representado por 52.070.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue:

Acionista	Participação %	Nro. ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing Ag & Co Kg	95	49.467.436	49.467
Deutsche Objekt Leasing GmbH	5	2.603.550	2.604
Total	100	52.070.986	52.071

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art. 189 da Lei 6.404/76.

c. Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76. Nos exercícios de 2019 e 2018 não houve distribuição de dividendos.

15 Partes relacionadas

As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, os membros do conselho deliberativo e diretoria executiva, assim como pelos membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador.

16 Transações com partes relacionadas

O resultado e o saldo de operações com parte relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 3750/2009, e apresentam a seguinte composição :

Descrição	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Obrigações Por Empréstimo no Exterior				
Deutsche Leasing Funding B.V. (nota 11)	(69.948)	(57.838)	(4.233)	(7.079)
Outros Créditos				
Locadora DL do Brasil (nota 8)	107	282	646	548
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co Kg	-	-	473	-

Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição totalizaram R\$ 1.130 no primeiro semestre de 2019 (R\$ 641 em 2018).

17 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de arrendamento mercantil

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Resultado de operações de arrendamento mercantil	25.071	23.863
Rendas de arrendamento - rec. interno	15.362	9.097
Rendas de arrendamento - rec. externo	8.115	3.849
Superveniência de depreciação	1.594	10.917
Operações de arrendamento mercantil	(13.416)	(9.671)
Depreciação de Bens Arrendados	(11.131)	(6.602)
Varição Cambial	(2.235)	(3.032)
Outras despesas de arrendamento	(50)	(37)
Resultado Líquido da Operação de Arrendamento Mercantil	11.655	14.192

b. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	192	-
Total	192	-

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Rendas com títulos e valores mobiliários	-	81
Total	-	81

d. Despesas com pessoal

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Salários	1.212	1.163
Bônus	1.031	336
Encargos trabalhistas	519	490
Férias e 13.o salário	262	249
Assistência Médica e Odontológica	234	261
Seleção e treinamento	19	9
Outras despesas de pessoal	106	114
Total	3.383	2.622

e. Outras Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Aluguéis e Condomínio	482	443
Manutenção e conservação	162	112
Processamento de dados	426	316
Serviços do sistema financeiro	116	105
Serviços de terceiros	127	58
Serviços técnicos especializados	618	637
Despesas de transportes	55	73
Despesas com publicações	38	39
Despesas com viagens	140	162
Despesas com telefonia	65	49
Outras despesas administrativas	94	168
Total	2.323	2.162

f. Despesas tributárias

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
ISS	419	417
PIS	61	38
COFINS	377	234
Total	857	689

g. Outras Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Ressarcimento de despesas (a)	1.054	563
Descontos obtidos	716	82
Reversão de provisão de Bônus	651	
Outras	154	85
Total	2.575	730

- (a) No período, vários investimentos em informática destinados à integração da filial brasileira aos sistemas globais, foram reembolsados pela matriz.

18 Outras informações

- (a) A Instituição não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.
- (b) Ativos e Passivos Contingentes - A Instituição não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no semestre findo em 30 de junho de 2019, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.
- (c) A administração da Instituição declara que não tem conhecimento de eventos subsequentes que tenham efeitos financeiros relevantes na demonstração financeira do exercício findo em 30 de junho de 2019.
- (d) A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 8%. O índice de Basileia calculado para o semestre findo em 30 de junho de 2019 é de 17,93% para o índice básico e 17,82% para o índice amplo; em 2018 os índices eram de 18,23% e 17,12% respectivamente.
- (e) A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são definidos em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são:
- (i) **Riscos Operacionais:** Conforme Resolução CMN 3.380/2006, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas.

- (ii) **Riscos de Mercado:** Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais.
- (iii) **Riscos de Liquidez:** A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa.
- (iv) **Riscos de Crédito:** De acordo com a Resolução 3.721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição.
- (f) A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.

* * *

Renato Di Chiara
Diretor Presidente

Matheus Canhoto Gera
Diretor Vice-Presidente

Ubiratan Dantas Felizatto
Contador
CRC 1SP143431/O-3